

**Christina de Rezende Rubim
Guilherme Tavares Marques Rodrigues**

**AS ESTRATÉGIAS RETÓRICAS DA CONSTRUÇÃO
ETNOGRÁFICA: UMA PERSPECTIVA METALINGÜÍSTICA
DO DISCURSO ANTROPOLÓGICO¹**

**Unesp - Universidade Estadual Paulista
Campus de Marília - Pós-Graduação em Ciências Sociais**

2008

¹ “Trabalho apresentado na 26a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.”

RESUMO: A proposta de uma antropologia do conhecimento está inserida no âmbito de um debate pós-moderno onde são colocados em questão os modelos clássicos de relatos antropológicos, devido, principalmente, à presença de estratégias retóricas na construção etnográfica. Considerando a vocação eminentemente meta-disciplinar da antropologia do conhecimento, uma vez que seu enfoque é voltado à prática e ao discurso científico e seus limites, a presente pesquisa tem por objeto específico verificar a presença de estratégias retóricas no discurso antropológico através de uma interface com outras formas de conhecimento. Para alcançar os objetivos do estudo foi realizado um confronto dialógico e intertextual entre as representações da antropologia, literatura e senso comum elaboradas a partir de uma mesma cultura: a dos presidiários da Casa de Detenção de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: antropologia do conhecimento, metalinguagem antropológica, retórica etnográfica.

ABSTRACT: The proposal of an anthropology of knowledge is part of the postmodern debate context, in which classical models of anthropological reports are questioned chiefly because of rhetorical strategies present in the ethnographic construction. Taking into account that the anthropology of knowledge's vocation is eminently metadisciplinary, since it focuses on the practice, scientific discourse and their limits, this research aims specifically at checking up on rhetorical strategies in the anthropological discourse at the interface of other forms of knowledge. To achieve those objectives a dialogical and contextual parallel was drawn between anthropology, literature and common sense representations out of a same culture: the one of the Casa de Detenção de São Paulo.

Minhas dúvidas aumentam quando me dou conta de que será sempre questão de decisão ou de convenção saber o que deve ser denominado “ciência” e quem deve ser chamado “cientista”.

Karl R. Popper

INTRODUÇÃO

É inquestionável que a ciência ocupa posição de destaque na sociedade ocidental. Até mesmo porque as próprias bases do desenvolvimento da cultura ocidental encontram-se, em grande parte, assentadas na ideologia de fé na ciência. Afinal, era nas sociedades liberais e democráticas que a ciência poderia encontrar as condições mais favoráveis para seu desenvolvimento², assentando as bases de um universalismo construído sobre fatos empiricamente demonstráveis e livres dos particularismos culturais.

Frente a esse inegável prestígio alcançado pela prática científica, a invocação do adjetivo científico vem sendo cada vez mais pleiteado para qualificar as mais diversas atividades nas sociedades contemporâneas.³ E o recurso ao crivo do método científico consiste em verdadeira condição *sine qua non* para conferir o tão almejado *status* de ciência. Dessa maneira, desde que estejam atendidos na prática os métodos e pressupostos da cartilha positivista, orientados pelos critérios de verdade e validade do conhecimento, o trabalho realizado alcançaria a condição de científico – não obstante a aplicação da metodologia positivista seja mais difícil nas ciências sociais.⁴ Até mesmo os filósofos da ciência, como Thomas Khun (1991), apontavam para o caráter pré-paradigmático das ciências sociais, o que as tornava “menos ciência” do que ciências paradigmáticas como a física⁵.

² “Science develops in various social structures, to be sure, but which provide an institutional context for the fullest measure of development?” (Merton *apud* Santos, 1989). Sobre o tema vide capítulo I.

³³ “Ironicamente, ao mesmo tempo em que o conhecimento invade a cena dessa maneira, sua confiabilidade é questionada por filósofos e outros de maneira cada vez mais radical, ou pelo menos em voz muito mais alta do que antes. O que costumávamos pensar como tendo sido descoberto é hoje descrito muitas vezes como ‘inventado’ ou ‘construído’.” (Burke, 2003, p. 11)

⁴ “O positivismo apareceu inicialmente nas ciências sociais, na medida em que propunha a adoção de um método inerente a uma ciência empírico-analítica do comportamento, orientado conforme o modelo da ciência analítica normativa, fundada na pressuposição da ação.” (Habermas, 1983, p. 302)

⁵ “Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” (Kuhn, 1990, p. 13)

Nesse âmbito de análise, denota-se que a teoria científica foi sendo construída em oposição com as “outras” formas de conhecimento, como o senso comum ou conhecimento vulgar, a religião, a experiência prática, sendo que, mais especificamente, no caso da sociologia, num confronto mais direto com a literatura (Lepenies, 1996). A proposta de uma epistemologia volta-se, portanto, e em princípio, a uma nítida demarcação entre a construção teórica da ciência e as outras instâncias do conhecimento (Popper, 2003). A objetividade do conhecimento científico estaria, assim, garantida através de um constante policiamento epistemológico, onde são impostos protocolos de pesquisa em conformidade a critérios de verdade e validade pré-definidos, e uma estrita observância à necessidade de separação entre sujeito e objeto, fato e opinião, prova e valores, que servem de lindes aos cânones científicos.

Diante dessas constatações, alguns críticos acusam a teoria e a prática científica de representar um “etnocentrismo” responsável por uma redução dos modos de compreensão do “outro” a recursos inerentes a cultura moderna ocidental (Bhabha *apud* Santos *et al*, 2002). Verifica-se, dessa maneira, uma consolidação da crítica aos postulados de verdade e validade apropriados com exclusividade pela ciência, uma vez que esta não comportaria um espaço para categorias como a diferença, heterogeneidade, hibridação, estética, e a dialética entre o global e o local, que passaram a constituir alguns dos primados básicos do pós-modernismo. Tais traços estariam a apontar para uma transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo paradigma, designado de ciência pós-moderna ante a falta de outra designação, e que cujos efeitos não estão circunscritos às ciências sociais, atingindo de forma contundente pressupostos dos paradigmas de algumas ciências “duras”.

Ciência, tecnologia e sociedade encontram-se, nessa perspectiva, envolvidos na dinâmica resultante das transformações epistemológicas oriundas da “viragem cultural” provocada pelos prenúncios da pós-modernidade, globalização e transição paradigmática. Neste contexto, as ciências sociais, em específico, vêem-se diante de questionamentos voltados, principalmente ao papel que lhes é reservado na cultura contemporânea frente às outras formas de conhecimento. E ao passo em que não lhe é mais permitida uma cômoda posição de verdadeiro “censor” ou “juiz” na definição do “válido e verdadeiro”, rotulando de “sem sentido” tudo aquilo que escapa aos seus instrumentos de cognição, as ciências sociais tem a difícil tarefa de promover uma articulação desses múltiplos saberes, que envolvem formas de experiências, conhecimentos e racionalidades que não se limitam à racionalidade cognitivo- instrumental ou lógico-dedutivo característicos da ciência moderna.⁶

⁶ “O que é conhecido sempre parece sistemático, provado, aplicável e evidente para aquele que conhece. Da mesma forma, todo sistema alheio de conhecimento sempre parece contraditório, não provado, inaplicável, irreal ou místico.” (Fleck *apud* Burke, 2003, p. 11)

Diante dessa premência, não há como vislumbrar uma articulação das ciências sociais com esses múltiplos e disformes saberes sem que haja uma prévia renúncia à ambição panótica de policiamento dos critérios de verdade e validade do conhecimento, cuja presença implica em uma desqualificação mútua ou na hierarquização de saberes. Até mesmo porque, já em 1912 Willian James (*apud* Baumam, 1998, p. 142) dizia que o verdadeiro é “somente um expediente na nossa maneira de pensar”, sendo que esse expediente consiste, conforme aponta Rorty, também citado por Baumam (*op. cit.*), em “elogiar” (avalizar, endossar, aceitar expressamente) as crenças aceitas. E diante dessa conjuntura, faz-se necessário a organização de um campo do conhecimento onde se torne possível o desenvolvimento de um diálogo e uma negociação entre as diferentes formas de conhecimento⁷.

Até mesmo porque, conforme se procurará enfatizar nesse estudo, a teoria⁸ em si não é perene e imutável, anterior à própria existência, mas sim um conhecimento “situado”, resultado de uma construção negociada entre elementos e dinâmicas contingentes, antagônicas e diferenciadas, de modo que o conhecimento produzido por esse processo de teorização é atrelado à perspectiva daquele contexto específico de produção, não podendo ser compreendido de forma separada dessa negociação. Conforme argumenta Habermas (1983, p. 302), compactuando o entendimento de Husserl, “não é o conteúdo informativo da teoria, mas é a formação de uma atitude reflexiva entre os teóricos, a responsável pela produção de uma cultura científica”. De certa maneira, tem-se que o aforismo de Protágoras onde “o homem é a medida de todas as coisas” ressurgiu vitalizado na *epistémé* pós-moderna.

Num outro aspecto, tais considerações estariam a apontar uma “descanonização”, ou “desdogmatização” da teoria científica, uma vez que há um reconhecimento do caráter histórico e contingente dos limites de demarcação entre a teoria e os outros discursos.⁹ Descanonizar, ou desdogmatizar, teria aqui o significado de permitir uma abertura a novos modos de articular as configurações das formas de conhecimento e seus múltiplos signos, jogos de linguagens e representações. Trata-se, portanto, em um primeiro momento, de uma prática “desconstrucionista” (Derrida, 2003) onde se compreende uma reinvenção da teoria a partir da metalinguagem (discurso sobre o discurso), concebida de modo indissociável de uma

⁷ Uma das preocupações que guiou toda a evolução da presente dissertação consistiu, exatamente, em especular se a antropologia, dada sua proximidade com a literatura e outras formas de conhecimento, poderia ocupar esse campo do conhecimento onde se abriga um diálogo entre as diversas formas de conhecimento.

⁸ “Na linguagem filosófica, o conceito de *theoría* está vinculado à contemplação do *kósmos*. Como consciência contemplativa do *kósmos*, a *theoría* pressupõe o limite entre o Ser e o Tempo. (...) Na medida em que o filósofo contempla a ordem imutável, realiza um processo de adequação a si próprio do processo cósmico, recriando-o em si. A teoria penetra na *práxis* da existência através da adequação do espírito ao movimento cósmico: ela imprime sua força à existência, disciplinando-a no seu *éthos*.” (Habermas, 1983, p. 301)

⁹ “É de bom-tom, hoje, contestar a oposição das ciências às letras, na medida que relações cada vez mais numerosas, quer de modelo, quer de método, ligam essas duas regiões e apagam frequentemente sua fronteira; e é possível que essa oposição apareça um dia como um mito histórico.” (Barthes, 1989, p. 20)

subsequente reconstrução fundamentada no processo de articulação dos enunciados performativos emergentes, viabilizando uma ligação entre elementos e processos não necessariamente ligados entre si. Não que Derrida tenha reconhecido problemas sobre a textualidade até então ignorados, mas, como esclarece Richard Rorty (*apud* Jameson, 2002, p.394), “o que ele fez foi idear maneiras de falar que transformaram as outras em maneiras opcionais e, portanto, mais ou menos duvidosas”. De modo que essa imanente teoria crítica pós-moderna é caracterizada não pelo seu poder legislativo, entendido como a pretensão de dizer como o mundo deve ou deveria ser, mas sim pelo seu poder interrogativo, ou seja, pelo potencial de mostrar que o mundo pode ser de outra maneira, numa verdadeira política performativa de articulação (Grossberg, 1996; Slack, 1996; Hebdige, 1993; *apud* Santos *et al*, *op. cit.*, p. 329/330).

É cada vez mais visível que a topologia do território da teoria social cada vez menos assume a forma de regiões integradas, delimitadas e diferenciadas por referência a autores, correntes ou tradições, e que mesmo a tentativa de definir especialidades tende a perder terreno a favor de configurações em *rede* (organizadas em torno de temas ou de constelações de temas) ou de *espaços fluidos*, caracterizados por uma erosão ou negociação de fronteiras, por uma hibridização das formas de conhecimento e de actividade social, e por um desenvolvimento activo da transposição metafórica, da articulação de novas linguagens (Law e Mol, 1994). Assume particular relevância, aqui, a fluidificação das fronteiras entre as ciências naturais, as ciências sociais e as humanidades, dando origem a novas configurações de saberes e de racionalidades que, sendo articulados localmente, têm implicações no modo como são concebidas as relações entre o local e o global. (Santos *et al*, 2002, p. 310)

Nessa perspectiva analítica, torna-se essencial uma oposição aos paradigmas estereotipados da modernidade, por meio dos quais o conhecimento humano é enclausurado em construções herméticas, fechadas para o mundo.¹⁰ Apesar da veemência da crítica, é importante consignar que a oposição ao paradigma da ciência moderna não se reporta à importância histórica e produtiva do conhecimento humano alcançados até então, mas antes em reforçar a necessidade de ir além desse modelo que cerceia o conhecimento. Cercear no sentido de que apenas uma ínfima parte do conhecimento humano é academicamente reconhecido. Sendo que, por outro lado, o discurso acadêmico representa um “código opcional” ante inúmeros outros “códigos” de discurso possíveis (Baudrillard *apud* Jameson). Este embate entre esses “códigos” é constitutivo do que Stuart Hall (*apud* Jameson, *op. cit.*)

¹⁰ Uma das propostas da etnometodologia é exatamente superar a “organização por *disciplina* e por *objeto*”. (Latour, 2000, p. 34)

chama de “luta discursiva”. Trata-se, num outro enfoque, em evidenciar e repensar o verdadeiro “etnocentrismo intelectual” que permeia a instituição acadêmica e hierarquiza o saber humano.

Em vez de aspirarmos à episteme (o conhecimento verdadeiro das coisas) temos que aspirar a “fronesis” que significa, aproximadamente, uma sabedoria de como funcionam as coisas do mundo.

(...)

O novo paradigma não é um invento extraído do nada, mas uma resposta às condições cambiantes do mundo contemporâneo que puseram em primeiro plano a comunicação.

(Pearce, 1998)

Mostra-se, dessa maneira, ser imprescindível questionar a forma como a comunicação do conhecimento científico é feita na prática. Até mesmo porque deve-se considerar como verdadeiro pressuposto analítico a condição de que “a ciência é um discurso; quem silencia esta condição arrisca a não mais encontrá-la” (Granger *apud* Epstein, 1986). É sobre tal premissa que a comunicação textual da ciência, compreendida em seus aspectos primários (inter pares) e secundários (divulgação pública da ciência), vem sendo objeto de estudos em diversos campos acadêmicos em dimensões lingüísticas e semióticas, antropológicas e sociológicas, epistemológicas e deontológicas.

Torna-se visível, neste ponto, a imbricação da teoria pós-moderna com os questionamentos de definição da antropologia enquanto disciplina científica, os quais sempre ficaram circunscritos à problemática da distinção entre o processo de pesquisa (linguagem-objeto) e a crítica sobre a forma de exposição dos seus resultados (metalinguagem).¹¹ Se houvesse, por um lado, a pretensão de conferir aspectos de cientificidade à pesquisa, esta deveria se pautar em uma metodologia precisa, passando por um cuidadoso procedimento de análise dos dados obtidos, os quais seriam, ao final, devidamente adaptados para uma exposição sistemática e objetiva. Por outro lado, havendo uma primazia em relação à exposição, “todo conhecimento somente poderia legitimar-se se pudesse expor seus resultados de modo tão claro que pudessem ser reproduzidos na intuição imediata” (Lepenies, 1996, p. 211). E no âmbito dessa aporia epistemológica, passou a ser legítimo questionar se a

¹¹ “Uma crítica não é uma questão de dizer que as coisas não estão certas como estão. É uma questão de ressaltar em que espécies de suposição, em que espécie de modo de pensar familiares, não discutidos, irrefletidos se baseiam as práticas que aceitamos. (...)

A crítica é uma questão de fazer jorrar esse pensar e tentar mudá-lo: mostrar que as coisas não são evidentes por si mesmas quanto se acreditava, perceber que o aceito como sendo por si mesmo já não será aceito como tal.” (Foucault *apud* Bauman, 1998, p. 141).

antropologia poderia ser indicada como uma das candidatas naturais a representante dessa “nova ciência” apregoada pelos pós-modernos.

Independentemente da resposta dada a esta indagação, tem-se que é nesse cenário de emergência de uma teoria crítica pós-moderna onde se encontra espaço para o questionamento e o desenvolvimento sobre possíveis novas formas de representação do conhecimento nas ciências sociais. E no campo da antropologia, em específico, verifica-se que as alternativas propostas pelo movimento pós-moderno na disciplina, especialmente pelos autores de *Writing Culture* (1984), são basicamente textuais, com uma série de projetos de etnografias experimentais direcionados a encontrar novas maneiras de escrever sobre culturas. Afinal, como argumenta Paul Rabinow (1999) parafraseando Fredric Jameson (2002):

Os antropólogos interpretativos trabalham com o problema da representação da representação de outros; historiadores e metacríticos da antropologia trabalham com a classificação, canonização, e explicitação da representação de representações de representações. O aplainamento histórico encontrado no pastiche de filmes nostálgicos reaparece no aplainamento metaetnográfico que faz todas as culturas do mundo praticantes da textualidade. Os detalhes nestas narrativas são precisos, as imagens evocativas, a neutralidade exemplar, e o modo *rétro*.

Essa singularidade histórica constatada na contemporaneidade, consistente nessa apontada condição de que todas as culturas do mundo são praticantes da textualidade, já havia sido notada por Bakhtin, cuja teoria eleva o texto à posição de objeto específico das ciências humanas. Isto porque apesar das ciências humanas estarem voltadas para o estudo do homem, estas estudam o homem enquanto produtor de textos.¹² O conhecimento do homem, portanto, não só é revelado por meio dos textos, como também estes são responsáveis pela própria construção do homem enquanto objeto de estudos. Fato que, segundo Bakhtin (1992, p. 31), distinguiria as ciências humanas das ciências exatas e biológicas que estudam o homem “fora do texto”. Cada ciência humana teria assim um objeto textual específico, uma vez que interpretações diferentes sobre um texto constroem novos textos, criando, assim, objetos diferentes.

Nessa perspectiva, Clifford Geertz (1997) sugere que o trabalho do antropólogo interpretativo pode ser comparado ao do “novo filólogo”. Mas antes de expor uma definição do que seria esse “novo filólogo”, é necessário deixar ressaltado que o filólogo, tomando

¹² “O que nos interessa nas ciências humanas, é a história do pensamento orientada para o pensamento, o sentido, o significado do outro, que se manifestam e se apresentam ao pesquisador somente em forma de texto. Quaisquer que sejam os objetivos de um estudo, o ponto de partida só pode ser o texto.” (Bakhtin, 1992, P. 333)

como premissa que o significado de uma inscrição é fixado em um metanível, atua como “uma espécie de autor secundário”, cuja função “é reinscrever, ou seja: interpretar um texto através de um outro texto” (Geertz, 1997, p. 51). No entanto, tem-se que a partir do momento que a filologia passou a se ocupar de questões conceituais relativas à própria natureza dos textos aos quais detinha seu olhar, foi desencadeada uma verdadeira ruptura na disciplina, dividindo-a em duas atividades antagônicas: uma voltada ao estudo de textos específicos (historiadores, editores e críticos – humanistas), e outra enfocada na própria atividade de criar textos (lingüístas, psicólogos, etnógrafos – cientistas). Em outros termos, houve uma separação do estudo das inscrições do estudo dos processos de inscrição, assim como do estudo do significado fixo, do estudo dos processos sociais que promovem a significação (Geertz, *op. cit.* p. 52). Portanto, esse “novo filólogo” ocuparia, em verdade, uma posição de reparador dessa ruptura no estudo de construção textual.¹³

Percebe-se, portanto, que, de forma sintomática, as preocupações dos autores pós-modernos trazem críticas desconstrucionistas¹⁴ e propostas de uma nova postura do pesquisador frente à prática antropológica e à representação etnográfica, enquanto texto que compõe, como *topoi*, tanto uma disciplina acadêmica como um determinado discurso ou gênero literário.¹⁵

Ainda nesse âmbito epistêmico das ciências sociais, alguns autores vêm apontando a ocorrência de um processo de “estetização da teoria social”, cuja expressão se faz presente no reconhecimento de aspectos estéticos, literários e narrativos nos processos de teorização, cujos indícios foram identificados por Walter Benjamim (1983). Traços que estariam a evidenciar, segundo alguns autores como Lash, 1996 e 1999, e Lash e Urry, 1994, citados por Boaventura de Souza Santos (2002), uma sucessão da “sociedade material” por uma “sociedade da cultura” ou, numa terminologia mais expressiva cientificamente, por uma “sociedade semiótica”, que resgata a importância do sensorial e da percepção na produção do conhecimento e na organização da experiência.

A partir da perspectiva semiótica, alguns autores também têm ressaltado a supremacia da literatura em relação à ciência. Para Roland Barthes (1978, p. 18), por exemplo, se todas as disciplinas devessem ser expulsas do ensino, com a exceção de uma, seria exatamente a

¹³ “Em um mundo multicultural, um mundo de epistemologias múltiplas, há necessidade de um novo tipo de filólogo – um especialista em relações contextuais – em todas as áreas do conhecimento que tenham a construção de textos como atividade principal: literatura, história, direito, música, política, psicologia, comércio, e até mesmo guerra e paz.” (Becker *apud* Geertz, *op. cit.* p. 52)

¹⁴ “Assim também alguns antropólogos são impulsionados a novas criações pela infusão de idéias da crítica literária desconstrucionista, enquanto esta vem perdendo sua energia cultural em departamentos de literatura...” (Rabinow, 1999, p. 81)

¹⁵ “Colocada no âmago da problemática literária, que só começa com ela, a escritura portanto é, essencialmente, a moral da forma, a escolha da área social no seio da qual o escritor decide situar a Natureza de sua linguagem.” (Barthes, 1974, p. 125)

literatura que deveria ser salva, pois “todas as ciências estão presentes no monumento literário”. Segundo esse autor, a literatura revela o real sem dissipar a intensidade da experiência humana; “faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles. (...) A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa” (Barthes, *op. cit.*). Em outros termos, tem-se que enquanto a linguagem da ciência permite a denotação, a linguagem literária possibilita a conotação do significado.

Eu aprendi a considerar a sociologia como uma daquelas numerosas narrativas, de muitos estilos e gêneros, que recontam, após terem primeiramente processado e reinterpretado, a experiência humana de estar no mundo. A tarefa conjunta de tais narrativas era oferecer um insight mais profundo no modo como essa experiência foi construída, pensada e, desse modo, ajudar os seres humanos na sua luta pelo controle de seus destinos individuais e coletivos. Nessa tarefa, a narrativa sociológica não era ‘por direito’ superior a outras narrativas, pois tinha de demonstrar e provar seu valor e utilidade pela qualidade de seu produto.

Eu, por exemplo, me lembro de ganhar de Tolstói, Balzac, Dickens, Dostoiévski, Kafka ou Thomas Morus muito mais insights sobre a substância das experiências humanas do que centenas de relatórios de pesquisa sociológica. Acima de tudo aprendi a não perguntar de onde uma determinada idéia vem, mas somente como ela ajuda a iluminar as respostas humanas à sua condição, assunto tanto da sociologia quanto das ‘belle lettres’. (Zygmunt Bauman, jornal Folha de São Paulo de 19 de outubro de 2003, entrevista concedida à Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke)

E considerando que a representação textual da antropologia, enquanto disciplina acadêmica, encontra-se situada nas fronteiras entre ciência, literatura e senso comum, sendo-lhe, assim, lícito transitar livre e conciliatoriamente por esses dois campos do conhecimento, que também constitui referência essencial para a proposta analítica da presente pesquisa a texto *As três culturas*, de Wolf Lepenies (1996), onde este autor analisa historicamente a relação entre a literatura e as ciências sociais, e principalmente a disputa entre essas disciplinas em oferecer a “orientação-chave da civilização moderna”. Na visão de Lepenies (1996), nessa competição de interpretações há um dilema das ciências sociais, especialmente da sociologia, associado tanto à história de seu surgimento, quanto ao seu próprio desenvolvimento: “a hesitação entre uma orientação cientificista, pronta a imitar as ciências naturais, e uma atitude hermenêutica, que aproxima a disciplina da literatura” (*op. cit.* p. 11). A perspectiva histórica adotada por Lepenies (1996) retrata como a sociologia, em sua

tentativa de “imitar” as ciências naturais para se firmar enquanto disciplina autônoma, está compreendida num processo complexo de proximidade e concorrência com a literatura.¹⁶

Esses determinantes de ordem epistemológica implicam numa mudança de postura do pesquisador não só perante o seu objeto de pesquisa, mas principalmente nas formas de representação textual desse conhecimento. A idéia central consiste, portanto, em recuperar a tradição e a vocação humanística que sempre identificou a antropologia.¹⁷ Mas para alcançar uma realização plena de tal proposta, faz-se necessário, no entanto, uma prévia desconstrução epistemológica dos pressupostos cientificistas que condicionam, e que, conseqüentemente, acarretam um empobrecimento da representação textual da antropologia. Até mesmo porque, o texto científico, numa perspectiva semiótica, deve ser um texto dotado de uma linguagem própria – fato que, como se verá, consiste num dos fatores persuasivos que conferem legitimação e validade a esse saber. E constatada, assim, a falência dos esforços em conferir cientificidade à etnografia mediante o recurso a métodos racionais, lógicos e objetivos, que estariam a possibilitar o acesso a verdades universais por meio duma linguagem unívoca, livre de retóricas persuasivas, reassumir, enfim, sua postura humanística usurpada pela literatura.

Considerada essa oposição epistemológica entre a textualidade antropológica, literária e referentes à outras formas alternativas de conhecimento – que impõe à primeira uma injustificável limitação – o presente trabalho tem seu objeto situado exatamente nessa fronteira disciplinar onde reside a consciência disciplinar da antropologia sobre sua representação textual quando contrastada com outros textos não científicos.¹⁸ Partindo de um referencial teórico metacrítico, voltado a uma desconstrução epistemológica favorecida por uma hermenêutica de suspeição, a linha de pesquisa proposta procura evidenciar, através da constatação da presença de estratégias retóricas na construção etnográfica, os esforços do antropólogo para conferir validade e autoridade ao seu discurso expresso através do texto.

¹⁶ “Com isso, desde cedo se estabelece um processo de purificação no interior das disciplinas: áreas de especialização como a sociologia, que ainda devem conquistar seu reconhecimento dentro do sistema das ciências, buscam obter esse reconhecimento distanciando-se das formas literárias primitivas da própria disciplina, que procedem de modo mais classificatório-narrativo que analítico-sistematizador. Esse processo resulta numa competição de interpretações entre uma intelectualidade literária constituída por escritores e críticos e uma intelectualidade ligada à ciência social. O problema da sociologia está no fato de que ela pode sem dúvida imitar as ciências naturais, mas não pode efetivamente tornar-se uma ciência natural da sociedade. Se renunciar, porém, à sua orientação científica, ela retorna a uma perigosa proximidade com a literatura.” (Lepenies, 1996, p. 17)

¹⁷ “A imanência do sistema que virtualmente se imobiliza não tolera sequer algo qualitativamente outro, que poderia ser experimentado, nem capacita os sujeitos que lhe são adequados a uma experiência não regulamentada. A situação de mediação universal da coisificação de todas as relações entre homens, está sabotando a possibilidade objetiva de uma experiência específica da coisa – este mundo ainda é passível de uma experiência viva? – incluída a aptidão antropológica.” (Adorno, 1983, p. 250-251)

¹⁸ “O surgimento da consciência antropológica acerca do modo de operação textual da própria antropologia está deveras atrasado.” (Rabinow, 1999, p. 82)

O enfoque analítico é direcionado, portanto, à argumentação científica do antropólogo e seus aspectos comunicacionais identificados na construção etnográfica. Dado o caráter técnico do discurso científico, que lhe confere, numa perspectiva axiológica, mais validade do que a argumentação literária,¹⁹ seu conteúdo é condicionado pela pragmática de ter de convencer seu auditório específico, consistente na comunidade científica (comunicação primária), resistindo às discordâncias que lhe serão impostas para que seja aceito como uma literatura técnica ou científica.²⁰ Fato que não ocorre com a literatura não-técnica. E, portanto, à medida que o antropólogo deverá persuadir seu auditório (inter pares) sobre o acerto daquilo que escreve sobre o “outro”, sua argumentação utilizará de elementos próprios da retórica.

Uma pequena amostra disso é o fato de que a suscitada ausência de recursos retóricos no discurso científico consiste, por si própria, num discreto recurso retórico de persuasão. Ou, como diria Isaac Epstein (1986, p. 73), “um dos mais utilizados recursos retóricos dos discursos das pseudo ciências é dizer que eles são ‘científicos’ (isto é não persuasivos)”. Compartilhando desse entendimento, Boaventura de Souza Santos (1989, p. 97) também entende que “toda ciência é retórica e a sua retórica é a cientificidade”.

Por outro lado, a interface entre os saberes científico, literário e vulgar permitirá, ainda, denotar que, sintomaticamente, é possível constatar no texto literário e vulgar a presença de aspectos representacionais propostos pelos pós-modernos – como a polifonia e a alegoria por exemplo –, o que torna ainda mais nebulosa a fronteira disciplinar entre a antropologia, literatura e senso comum. Até mesmo porque são nesses conhecimentos alternativos que se encontram tradicional e historicamente situadas descrições subjetivas, metafóricas, alegóricas, sentimentais e polifônicas sobre a experiência no contato com o “outro”.

Tem-se, portanto, que à medida em que se tem por objeto de análise o antropólogo enquanto escritor de textos sobre culturas e os recursos utilizados por ele para conferir validade e autoridade às suas descrições, tornando-as, assim, técnicas, pode-se considerar que a análise recai, de um lado, sobre aspectos semióticos e exegéticos do texto (metalinguagem); e, de outro lado, sobre a prática de construção etnográfica (empírica). Esse trabalho peculiar de submeter a própria prática científica – neste caso a prática da argumentação antropológica – como objeto cognoscível, se enquadra nos escopos da antropologia da ciência (Latour, 2000), ou da antropologia do conhecimento, como preferem outros (Morin, 2004; Burke,

¹⁹ Sobre essa perspectiva axiológica entre os textos literários e científicos, Rilke (*apud* Jameson, 2002, p. 261) escreve: “Já que geralmente se admite que o valor-sedução é tolerável (e até admirável) nos assim chamados textos literários, de uma forma que não seria aceita em escritos ‘filosóficos’, o próprio valor desse valor está ligado à possibilidade de se distinguirem textos literários de textos filosóficos”.

²⁰ Bruno Latour (2000, p. 34) já advertia para o fato de que “os historiadores da ciência prestam pouca atenção aos estudos literários ou à retórica”, sendo que esta constatação é importante para justificar as pretensões desta dissertação.

2003)²¹. Nesse tocante, é importante deixar consignado que tanto uma denominação como outra poderia ser utilizada para situar as pretensões deste trabalho na *epistème* cognitiva, sem que, com isso, a noção de sua proposta ficasse comprometida. Até mesmo porque, para alguns, tais expressões seriam sinônimas.

Com efeito, tanto a antropologia do conhecimento como a antropologia da ciência partem da tese de que ciência e conhecimento são construídos pelos homens, e não dados pela natureza.²² Mediante o emprego da etnometodologia, essa antropologia estuda de maneira detalhada as práticas que compõem a produção de fatos sociais, enfatizando como essas práticas buscam, através de instrumentos persuasivos, garantir validade e legitimidade aos seus argumentos a fim de que possam ser aceitos como fato, e não como mera opinião.

À medida que o antropólogo do conhecimento (compreendido o conhecimento científico) parte da premissa de que o conhecimento é socialmente situado e condicionado, incorporando em seu processo de formação crenças, assentimentos e adesões dos homens em sociedades historicamente localizadas, também há um reconhecimento de que a argumentação utilizada na construção coletiva do conhecimento, embora racional, é feita sobretudo para convencer. Seria, por outro lado, prematuro supor que esse trabalho de convencimento sobre a validade e veracidade do conhecimento seja realizado somente pela prova formal. De forma diversa, analisando a prática de produção científica é possível verificar a presença de diversos fatores que escapam aos primados de racionalidade e objetividade da ciência, como é o caso da performance do cientista, do conselho de composição, de estilo e de elocução, a lógica dos juízos de valor, dos dispositivos de inscrição utilizados, dentre outros.²³

Considerando que a suscitada vocação meta-disciplinar da antropologia do conhecimento é voltada ao caráter discursivo do conhecimento (metalinguagem), ou seja, mais estritamente à prática e ao discurso científico e seus limites frente a outras formas alternativas de saber, que não podem ser apreendidas sem o recurso ao referencial hermenêutico, resta plenamente justificada a proposta deste trabalho, consistente na realização de uma interface entre a representação científica, literária e vulgar sobre uma mesma cultura. Mediante essa contraposição dialógica e intertextual, procurou-se evidenciar na anatomia da etnografia o recurso a estratégias retóricas utilizadas pelo antropólogo para conferir o *status*

²¹ “... os antropólogos desenvolveram uma tradição de levar a sério as categorias ou classificações das outras pessoas, investigando seus contextos sociais.” Este autor procura definir a antropologia do conhecimento comparando-a a uma espécie de taxonomia do próprio conhecimento, visando mostrar “a arbitrariedade manifesta de qualquer sistema de categorias quando visto de fora”. (Burke, 2003, p. 79)

²² “A pesquisa é uma instituição social onde os seres humanos interagem; daí determinar pela comunicação entre os pesquisadores o que pode aspirar no plano teórico: a validação. A inteligibilidade *a priori* de certas normas sociais é básica para decisões referentes à validação de hipóteses legais, fundadas numa observação sujeita a controle.” (Habermas, 1983, p. 292)

²³ “A autoconsciência de estilo, retórica e dialética na produção de textos antropológicos deveria nos levar a uma percepção mais aguçada de outras maneiras, mais imaginativas de escrever.” (Rabinow, 1999, p. 83)

de científico às suas afirmações, numa proposta de evidenciar ou questionar tanto a demarcação entre o antropológico, o literário e o senso comum na *empíria* do texto, como a recíproca imbricação entre os elementos que caracterizam as respectivas argumentações.

Não se poderia tomar das disciplinas das ciências humanas textos que são tradicionalmente considerados modelos de argumentação e deles extrair experimentalmente os processos de raciocínio que consideramos convincentes?

(...)

Tendo, pois, empreendido essa análise da argumentação em certo número de obras, em especial filosóficas, e em certos discursos de nossos contemporâneos, demo-nos conta, no decorrer do trabalho, de que os procedimentos que encontrávamos eram, em grande parte, os da *Retórica* de Aristóteles. (Perelman, 1997, p. 63/64)

Como se vê da citação acima, Perelman (1997), após haver realizado empreendimento semelhante ao proposto na presente pesquisa, constatou que, apesar do descrédito em que recaiu a disciplina com o advento do racionalismo²⁴ e do positivismo, a retórica se manteve viva e presente na teoria do conhecimento.

Efetivamente, a excessiva preocupação da ciência moderna com as exigências da lógica formal e a neutralidade axiológica implicou numa desatenção às formas pelas quais a argumentação se desenvolve na tentativa de provar ou sustentar um fato ou uma afirmação. Como a epistemologia demonstrou, os enunciados científicos proporcionam referenciais provisórios, ou uma espécie de verdades *ad hoc*, que serão tidas como enunciados básicos até que sejam suplantadas, ou corroboradas, por outros novos enunciados científicos que, num processo racional de construção da ciência, tenham se mostrado mais fortes que os enunciados superados (Popper, 2003).²⁵ A retórica ressurgiu, assim, como referencial teórico imprescindível para demonstrar, empiricamente, a prática concreta dos cientistas na “construção negociada” de verdades.

Esta preocupação com a prática dos cientistas se justifica pelo fato de não parecer legítimo que estes, quando em ação, ajam de forma sistematicamente diversa dos preceitos estabelecidos pela epistemologia, e que, mesmo com tais transgressões, geralmente admitidas como desvio ou despreparo intelectual, suas pesquisas sejam aceitas como científicas. É inexorável que o processo de investigação científica é, antes de tudo, um processo de autoconvencimento do próprio cientista, onde este antecipa o juízo da comunidade científica

²⁴ “A marginalização da retórica a partir de Descartes dá-se quando este, em *O Discurso do Método*, declara que uma das regras do novo método é considerar falso tudo aquilo que é apenas provável.” (Santos, 1989, p. 98)

²⁵ Sobre o tema vide Capítulo I.

sobre seus argumentos, e, dessa forma, utiliza de expedientes, ou estratégias retóricas, para conferir força aos seus argumentos.

Expressada, em síntese, a importância da “nova retórica” no direcionamento da presente dissertação, faz-se necessário consignar que o referencial teórico e metodológico utilizado para a proposta de contraposição entre diferentes textos com produções documentárias, literárias, científicas e vulgares, com o intuito de evidenciar a presença de estratégias retóricas na composição de cada um desses textos foi inspirado, principalmente, no ensaio elaborado pelo antropólogo norte-americano Vicent Crapanzano (1991) para o texto *Writing Culture*, erigido por alguns estudiosos ao *status* de verdadeiro marco na entrada da pós-modernidade antropológica. Entitulado de *O dilema de Hermes: a máscara da subversão nas descrições etnográficas*, o artigo procurar identificar o trabalho do antropólogo ao do hermeneuta, uma vez que tanto aquele como este tem como objeto de interpretação o discurso contido no texto.

Crapanzano (1991) propõe nesse artigo que, assim como o hermeneuta, o antropólogo deve conseguir que sua mensagem convença seus leitores sobre a verdade e validade daquilo que escreve, recorrendo, para tanto, a certas estratégias retóricas para persuadir os leitores sobre sua autoridade e a validade de seus informes. Analisando aquilo que denomina de estratégias retóricas, Crapanzano (*op.cit.*, p. 95) parte dos pressupostos que expressam a condição de autoridade do etnógrafo: sua presença física nos eventos descritos, sua habilidade para a percepção, sua perspectiva “desinteressada”, sua objetividade e sua sinceridade, para concluir de forma crítica que nos três casos, e muito embora tenham se manifestado de formas distintas e com êxitos diferentes, o lugar ocupado pelo etnógrafo no texto é meramente retórico.

Complementando a hermenêutica utilizada por Crapanzano (1991) para evidenciar o recurso que o antropólogo faz a estratégias retóricas para conferir credibilidade e validade às suas etnografias, também foi recorrente a metodologia afeta à antropologia da ciência feita por Bruno Latour (2000), que consiste em agir como leigo no âmbito de construção de uma literatura técnica, compartilhando, assim, do mesmo escopo de Crapanzano (1991), consistente em explicitar os recursos utilizados pelo cientista – *in casu* o antropólogo – no esforço de conferir validade e credibilidade às suas afirmações.

Numa breve antecipação sobre as características dessas propostas, pode-se dizer que, para ambos antropólogos, a disposição com que as sentenças serão inseridas no texto é precedida de uma intenção de convencimento. No entanto, enquanto Crapanzano (1991) direciona seu enfoque numa análise exegética e interpretativa das sentenças que compõe o texto, considerando aspectos epistemológicos e metalingüísticos da representação

antropológica, Latour (2000) opta por uma abordagem empírica sobre o comportamento do cientista quando este considera que a pertinência e validade de suas afirmações e representações dependerão de uma “aprovação” num processo intersubjetivo de falseamento e questionamento.²⁶ Partindo desse pressuposto metodológico, Latour (2000) adota em suas pesquisas a figura de um personagem denominado de “discordante”, analisando os recursos adotados pelo cientista no esforço de convencer o discordante a acreditar em suas afirmações, e, assim, conferir o *status* de fato a um argumento, que antes de ser submetido a uma controvérsia era tido apenas como uma opinião.

Em síntese, tem-se que as abordagens assumidas nesta dissertação reportam ao conhecimento antropológico, mais especificamente às “regras do jogo”, ou seja, dos métodos e critérios de trabalho que conferem validade e cientificidade ao texto produzido pelo antropólogo. Com efeito, tem-se que o enfoque é direcionado especificamente às práticas de escrituração na construção e validação dos fatos científicos onde, ao longo de um processo em que evidências não necessariamente conclusivas são acumuladas, surge o consenso (entre um grupo de pessoas ligadas por uma certa maneira de ver e agir) de que existem dados suficientes para aceitar a proposição, que passará, então, a ser tida como verdadeiro paradigma para outras proposições ou teorias.

Diante dessa introdução aos referenciais e pressupostos de ordem teórica e metodológica, e considerando que as propostas deste trabalho se assentam no paradigma da ciência pós-moderna em ascensão, mostrou-se imprescindível traçar uma breve exposição sobre o perfil teórico e os pressupostos epistemológicos que caracterizam essa forma de conhecimento proposta pelos pós-modernos, bem como ressaltar a posição de destaque alcançada pela hermenêutica na composição desse novo paradigma. A importância do referencial hermenêutico para o desenvolvimento do tema central da presente pesquisa pauta-se no princípio sugerido por Boaventura de Souza Santos (1989, p. 12) consistente na afirmação de que, “qualquer que seja a opção epistemológica sobre o que a ciência faz, a reflexão sobre a ciência que se faz não pode escapar ao círculo hermenêutico”. Até mesmo porque, a reflexão hermenêutica está subjacente ao paradigma da antropologia pós-moderna, compondo a matriz disciplinar da antropologia. Fato que nos autoriza a partir do pressuposto que torna-se possível conciliar a abordagem empírica da antropologia da ciência com o instrumental crítico-compreensivo da antropologia interpretativa. Enfim, espera-se ter propiciado com essa introdução um entendimento acerca das pretensões analíticas deste

²⁶ “A noção de verdade pertence à retórica do poder. Ela não tem sentido a não ser no contexto da oposição – adquire personalidade própria somente na situação de desacordo, quando diferentes pessoas se apegam a diferentes opiniões, e quando se torna o objeto da disputa de quem está certo e quem está errado – , por determinadas razões, é importante para alguns ou todos os adversários demonstrar ou insinuar que é o outro lado que está errado.” (Baumam, 1998, p. 143)

estudo, bem como das bases teóricas e epistemológicas em que estas se encontram assentadas. Uma vez que é exatamente a partir desse referencial extremamente dinâmico e efêmero de configurações e reconfigurações teóricas que o trabalho procurou incorporar em seu bojo o olhar meta antropológico de um “etnógrafo de etnógrafos”, que examinando, numa perspectiva crítica, produções textuais representativas de diferentes formas de conhecimento, buscou identificar a presença de estratégias retóricas nos processos de descrição e inscrição etnográfica predispostas a conferir mais autoridade e validade à representação antropológica em relação à literatura e ao senso comum.

A relevância dessa proposta analítica é justificada no dilema da antropologia entre a opção por uma análise objetiva, que lhe garanta cientificidade, ou uma análise subjetiva, que a torna literária. E a aporia que se coloca é que se a pretensão de ser literário ou poético retira da antropologia o acesso às verdades científicas, a sua pretensão de objetividade é feita, paradoxalmente, a partir de estratégias retóricas na construção etnográfica.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970. (Debates)

_____. **Novos ensaios críticos/O grau zero da escritura**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972,

_____. **O rumor da língua**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1988.

_____. **Aula** – São Paulo: Editora Cultrix, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BENJAMIN, HORKHEIMER, ADORNO e HABERMAS. **Textos escolhidos (Os Pensadores)**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BERGER, Peter L. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Entre o estruturalismo e a hermenêutica antropológica**. Anuário Antropológico 85, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 289-295, 1986.

_____. **Sobre o pensamento antropológico**. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

_____. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CLIFFORD E MARCUS, James e George. **Retóricas de la antropologia**. Barcelona: Júcar, 1991.

CRAPANZANO, Vicent. **El dilema de Hermes**: la máscara de la subversión en las descripciones. Barcelona: Júcar, 1991.

DERRIDA, Jacques. **A universidade sem condição** – São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

EPSTEIN, Isaac. **Teoria da informação**. São Paulo: Ática, 1986.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis : Editora Vozes, 1997.

_____. Teoria, técnica e prática – A tarefa de uma nova Antropologia. In: **Nova Antropologia: o homem em sua existência biológica, social e cultural**. H. G. Gadamer e P. Vogler (org.). São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

_____. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa – Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. **Nova luz sobre a antropologia** – Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 2002.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

- LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- MARCUS, George. **Problemas de la etnografía contemporánea en el mundo moderno**. Barcelona: Júcar, 1991.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Portugal: Publicações Europa América Ed., 1982
- PEIRCE, Charles Sanders. **Escritos coligidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores)
- PERELMAN, Chaïn. **Tratado da argumentação** – São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. **Retóricas** – São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2003.
- RABINOW, Paul. **Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- _____. **Las representaciones son hechos sociais: modernidade Y postmodernidad en la antropologia**. Barcelona: Júcar, 1991.
- REYNOSO, Carlos. Representación. In: _____ (comp.) **El surgimento de la antropologia posmoderna**. México: Gedisa, 1991.
- RORTY, Richard. **Objetivismo, relativismo e verdade** – Rio de Janeiro : Relume-Damará, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice : o social e o político na pós-modernidade** – 3ª ed. – São Paulo : Cortez, 1997.
- _____. **Introdução a uma ciência pós-moderna** – Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. (org.). **A Globalização e as ciências sociais** – São Paulo: Cortez, 2002.
- TEDLOCK, Denis. A tradição analógica e o surgimento de uma antropologia dialógica. **Anuário Antropológico 85**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 183-203, 1986.
- TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1980.
- TYLER, Stephen. **Etnografia postmoderna: desde el documento de lo oculto al oculto documento**. Barcelona: Júcar, 1991.